

Psicodrama e alfabetização afetiva: Intervenção interseccional com adolescente negra e transexual

Wesley Miranda Marques^{1*} 

RESUMO

O presente estudo analisa uma intervenção psicodramática com uma adolescente negra e transexual em situação de vulnerabilidade social, marcada por violência intrafamiliar e analfabetismo funcional. O objetivo foi investigar a alfabetização afetiva como dispositivo clínico-pedagógico para promover a rematrização e o fortalecimento identitário. Trata-se de um estudo de caso qualitativo, fundamentado no sociodrama dialógico e na clínica ampliada. A intervenção utilizou a realidade suplementar e recursos lúdicos, integrando a alfabetização aos afetos e à história da paciente. Os resultados evidenciam avanços na apropriação da leitura e escrita, redução da agressividade, reconfiguração dos vínculos familiares e emergência de protagonismo identitário. Concluiu-se que a alfabetização afetiva articulada ao psicodrama constitui uma potente estratégia de cuidado e resistência diante das violências estruturais.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização afetiva; Psicodrama; Interseccionalidade; Pessoas transexuais.

Psychodrama and affective literacy: Intersectional intervention with a black and transexual teenager

ABSTRACT

This study analyzes a psychodramatist intervention with a vulnerable black and transexual female teenager who experienced domestic violence and functional illiteracy. The goal was to investigate affective literacy as a clinical-pedagogical tool to promote rematriation and identity empowerment. This qualitative case study is grounded in dialogic sociodrama and expanded clinical practice. The intervention utilized surplus reality and playful resources, integrating literacy with the patient's emotions and personal history. The results showed progress in reading and writing acquisition, a reduction in aggressiveness, the reshaping of family bonds, and the emergence of identity agency. The article concluded that affective literacy combined with psychodrama constitutes a powerful strategy of care and resistance against structural violence.

KEYWORDS: Affective literacy; Psychodrama; Intersectionality; Transexual people.

Psicodrama y alfabetización afectiva: Intervención interseccional con adolescente negra y trans

RESUMEN

El presente estudio analiza una intervención psicodramática con una adolescente negra y trans en situación de vulnerabilidad social, marcada por la violencia intrafamiliar y el analfabetismo funcional. El objetivo fue investigar la alfabetización afectiva como un dispositivo clínico-pedagógico para promover la rematriación y el fortalecimiento identitario. Se trata de un estudio de caso cualitativo, fundamentado en el sociodrama dialógico y en la clínica ampliada. La intervención utilizó la realidad suplementaria y recursos lúdicos, integrando la alfabetización a los afectos y a la historia de la paciente. Los resultados evidencian avances en la apropiación de la lectura y la escritura, reducción de la agresividad, reconfiguración de los vínculos familiares y la emergencia del protagonismo identitario. Se concluye que la alfabetización afectiva articulada al psicodrama constituye una potente estrategia de cuidado y resistencia frente a las violencias estructurales.

PALABRAS CLAVE: Alfabetización afectiva; Psicodrama; Interseccionalidad; Personas trans.

1. Casa das Cenas Escola de Psicodrama – Uberlândia (MG), Brasil.

*Autor correspondente: wesleym.marques@yahoo.com.br

Recebido: 15 maio 2025 | Aceito: 6 ago. 2026

Editora de seção: Luzia Lima-Rodrigues 

INTRODUÇÃO

O psicodrama contemporâneo consolida-se progressivamente não apenas como uma ferramenta estritamente clínica, mas como uma postura de resistência ante as engrenagens de dominação. Nesse sentido, nota-se que ele pode se transmutar em uma arena de transformação política e social ativa perante o poder, orientando que a prática terapêutica atue para emancipar o sujeito das amarras que limitam a espontaneidade humana, buscando romper com as lógicas que tendem a oprimir as multiplicidades (Dedomenico & Merengué, 2020).

Diante dessa realidade, observa-se que o cuidado psicoterapêutico requer um compromisso ético com as populações historicamente invisibilizadas e marginalizadas. É fundamental adotar uma postura capaz de acolher os corpos que existem fora dos padrões da cis-heteronormatividade. Entende-se que, por meio dessa ruptura sociopolítica, a clínica pode atuar ativamente para mitigar a violência estrutural da sociedade em relação às populações marginalizadas e contribuir para a saúde coletiva (Silva & Vomero, 2025).

Nesse cenário de urgências sociais, introduz-se a história viva de uma adolescente de 14 anos, designada do sexo masculino ao nascimento, mas que manifesta identidade de gênero divergente da norma (mulher transexual). Dona de uma sensibilidade ímpar, ela enfrenta violência extrema e rejeição diária por parte da mãe e do padrasto. Essa hostilidade no seio familiar gerou intenso sofrimento, resultando em defasagem escolar e um severo histórico de exclusão e agressividade.

Para compreender essa vulnerabilidade, busca-se apoio no pensamento de Silva e Vomero (2025), que aponta a importância da “desobediência criadora” desde os processos de formação dos terapeutas. Considera-se necessário questionar as lógicas classificatórias e patologizantes que, ao focarem na busca de causas para as orientações e identidades não hegemônicas, podem gerar ainda mais sofrimento à juventude transexual que busca amparo clínico e social.

Avançando no suporte teórico, utiliza-se a visão dos autores para explicar como a “conserva corporal”, atuando como um dispositivo de controle de matriz colonial, pode oprimir as identidades dissidentes. Percebe-se que essa estrutura tende a silenciar os corpos que desafiam o binarismo, evidenciando a importância da descolonização do inconsciente para que as pessoas marginalizadas consigam resgatar sua potência e habitar a própria pele com dignidade.

Somando-se a essas reflexões, trazem-se a perspectiva de Andrea Raquel Martins Corrêa (2010) e seu olhar crítico à patologização da infância. A autora adverte sobre os impactos de uma lógica médica e social que tende a rotular crianças e adolescentes que escapam ao controle normativo. Nota-se que essa contenção pode limitar o protagonismo infantil e dificultar modos de existir genuínos, sob o pretexto de adequar os indivíduos às regras da sociedade.

Considera-se importante, portanto, abordar as teorias de gênero destituindo-as do determinismo biológico. Compreende-se o gênero como uma construção histórico-social que atua nas estruturas de poder. Quando moldado por ideais cis-heteronormativos, esse padrão tende a excluir os corpos dissidentes, podendo transformar o que deveria ser o direito à diversidade existencial em cenários de violência e vulnerabilidade (Silva & Vomero, 2025).

Relacionam-se, assim, a extrema exclusão e a violência motivadas pelas questões de gênero e sexualidade à ausência de proteção dos direitos fundamentais pelo Estado. Entende-se que, para a comunidade transexual e travesti no Brasil, a ineficiência das políticas de segurança pública pode transformar o espaço social em um ambiente hostil. Observa-se que esses sujeitos são frequentemente afastados do convívio digno e impedidos de gozarem seus direitos básicos, evidenciando a necessidade de rupturas institucionais (Silva & Vomero, 2025).

É importante discorrer criticamente sobre as técnicas de dominação que ainda permeiam discursos pseudocientíficos. Nota-se que táticas violentas disfarçadas de cuidado, como as promessas de cura *gay*, operam sob uma lógica binária de controle moral e punição. Essa cura refere-se a processos supostamente terapêuticos que alegadamente levariam todas as pessoas a se enquadrar num padrão cis-heteronormativo. Entende-se que o psicodrama pode atuar de forma ética ao rechaçar e combater essas ferramentas de assujeitamento, reafirmando-se como uma força que respeita a multiplicidade do desejo e a espontaneidade humana (Silva & Vomero, 2025).

Muitas vezes, o núcleo familiar atua como o primeiro cenário em que a LGBTQIAPN+fobia se manifesta. Compreende-se que a rejeição no espaço que deveria nutrir a matriz de identidade pode impor sofrimentos significativos a jovens dissidentes. Por isso, considera-se pertinente discutir e validar a construção de famílias homoafetivas e de redes substitutas, as “famílias escolhidas”, que atuam como redutos de afeto, segurança e sobrevivência social (França, 2009).

Entende-se que o abandono e o adoecimento iniciados no seio familiar estão intrinsecamente ligados aos índices de assassinatos e violências no país. Nota-se que a exclusão tende a empurrar a juventude transexual e divergente para uma espiral de precarização e marginalidade, refletindo-se nas estatísticas de mortes, que situam o Brasil como um dos cenários mais letais para essas populações, o que aponta para a necessidade de respostas macropolíticas (Benevides, 2026).

Diante desse contexto, propõe-se uma reflexão: afinal, quem tem medo do psicodrama? Compreende-se que as barreiras e os receios enfrentados pelos indivíduos ao adentrarem em um processo de descoberta de si mesmos, despidos das amarras normativas, podem justificar-se pela profundidade do encontro. Observa-se que a arte e o método psicodramático convidam ao rompimento das conservas que limitam a expressão, podendo propiciar conexões que resgatam o protagonismo autêntico (Vidal & Amaral, 2025).

Nesse panorama, ressalta-se a importância de uma clínica LGBTQIAPN+ qualificada. Entende-se que um atendimento fundamentado no respeito e na escuta livre de julgamentos morais é fundamental para auxiliar na superação dos estigmas e da discriminação internalizada por violências sociais. Nota-se que espaços seguros e empáticos podem contribuir para devolver aos sujeitos a capacidade de agir de modo criativo e espontâneo diante da vida (Zakabi, 2020).

Com base nessas reflexões estruturantes, propôs-se como objetivo principal deste artigo relatar, de forma analítica, sensível e crítica, a intervenção psicodramática realizada com a adolescente Joyce¹. O estudo focou na alfabetização afetiva como meio para auxiliar a emancipar a paciente do analfabetismo estrutural e contribuir para devolver o protagonismo identitário a uma jovem que fora marginalizada por sua identidade de gênero divergente.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho não se resume a um processo clínico descritivo tradicional. O delineamento baseou-se no estudo de caso qualitativo, estabelecido aqui como uma ferramenta política e reflexiva. Observa-se que, pela escuta profunda e pelo diálogo, o método permite compreender as vivências, as resistências e as fraturas impostas pela opressão social à população LGBTQIAPN+, buscando superar a neutralidade para construir um saber implicado e engajado.

Para fundamentar essa escolha epistemológica, recorreu-se ao arcabouço do sociodrama dialógico. Nessa perspectiva, entende-se que a investigação mútua atua como geradora de sentidos, unindo o histórico ao relacional para propiciar diálogos construtivos e de empoderamento. Nota-se que a narrativa não é encapsulada, mas brota da relação e da conversação, permitindo que terapeuta e paciente organizem coletivamente a experiência, o que pode auxiliar a subverter antigos discursos de dominação (Marra, 2023).

Nessa travessia, esclarece-se que a intervenção se pautou em uma orientação psicodramática ampliada. Compreende-se que essa abordagem busca evitar o isolamento do ambiente terapêutico tradicional para costurar os eixos psicoterapêutico, político e socioeducacional sem fragmentá-los. Observa-se que entender o sujeito em seu território e em suas redes de relações sugere flexibilizar as conservas formativas, atuando nas urgências sociais e assumindo um caráter clínico transformador (Coelho, 2025).

A adoção dessa postura demanda do terapeuta atuação sensível, crítica e construtiva. Entende-se que, ao edificar a realidade suplementar com o paciente, estabelece-se um vínculo seguro que pode viabilizar a investigação da opressão imposta pelas normas cis-heteronormativas. Nota-se que é por meio desse espaço de confiança e da permissão criativa que histórias fragmentadas podem ser ressignificadas, criando pontes para novas formas de existir e resistir (Gramkow & Iunes, 2025).

¹ Nome fictício, atendendo aos cuidados éticos de proteção e preservação do anonimato.

Delineando os parâmetros da intervenção, o trabalho ocorreu mediante sessões clínicas regulares em um serviço acolhedor. Para ampliar a compreensão das intervenções realizadas, destaca-se que os primeiros encontros se dedicaram à construção de vínculo empático por meio de atividades livres de aquecimento inespecífico, utilizando massa de modelar, desenhos e brincadeiras com objetos. Em um segundo momento, o processo unificou simultaneamente o manejo da agressividade defensiva e a elaboração lúdica dos profundos traumas familiares valendo-se do uso de bonecos e objetos simbólicos no espaço terapêutico.

Por intermédio de técnicas psicodramáticas, como a inversão de papéis e o uso de monólogos internos, a paciente pôde criar narrativas alternativas e acessar sentimentos profundos. Por fim, a prática socioeducacional focou a apropriação dos afetos atrelando o aprendizado das letras às emoções, cujo ponto alto foi a confecção do “livro da Joyce”. Com o uso desses desenhos, colagens e narrativas, a jovem pôde reconfigurar a própria história, em um fazer terapêutico que transformou o analfabetismo em letramento emocional e social.

APROFUNDAMENTO TEÓRICO

Para que a clínica contemporânea atue de forma emancipatória, considera-se importante que ela se pautar pelo aprofundamento das noções de gênero, sexualidade e classe. Observa-se que as identidades historicamente marginalizadas demandam dos profissionais um compromisso sociopolítico capaz de contribuir para desconstruir as lógicas de poder que tendem a adoecer. Entende-se que, sem essa base crítica e interseccional, se corre o risco de perpetuar violências que excluem quem foge da norma cis-heteronormativa (Silva & Vomero, 2025).

Gênero

A categoria gênero demanda ser destituída das falácias biológicas, revelando como o binarismo foi historicamente forjado para subjugar existências. Essa estrutura opressora tende a ser mantida pelas chamadas “conservas corporais”, que atuam como dispositivos coloniais para marcar, controlar e punir o que desvia da norma. A normalização forçada desses corpos pode aprisionar a subjetividade, tornando importante a descolonização do inconsciente para auxiliar na sobrevivência psíquica (Silva & Vomero, 2025).

Diante desse apagamento identitário imposto pelo regime binário, nota-se que a população transexual encontra vias criativas para resistir e reescrever sua história. Compreende-se que o psicodrama pode emergir, nesse cenário, como uma arte e ferramenta política importante para desestabilizar as normativas. Ao promover a visibilidade transexual e estimular a construção de outros protagonismos, o método psicodramático contribui para devolver a esses sujeitos o direito de performar suas identidades com espontaneidade, buscando escapar das amarras da opressão (Silva & Vomero, 2025).

Tal abordagem requer dos profissionais coragem para lidar com tensões e revisitar as raízes da própria prática. Considera-se pertinente enfrentar os medos associados à primeira vez do fazer psicodramático, assumindo uma postura que procure desafixar os padrões cis-heteronormativos arraigados. O psicodrama convida ao rompimento dessas conservas, propiciando encontros profundos que podem auxiliar o indivíduo a resgatar a capacidade de ser autêntico e livre (Vidal & Amaral, 2025).

Garantir a visibilidade transexual não é um processo passivo, mas uma demanda que requer ação contínua da sociedade, especialmente dos psicoterapeutas. Considera-se um compromisso ético estimular o protagonismo identitário daquelas juventudes que se descobrem e florescem fora da normatividade. Reconhecer essas existências no palco dramático e na vida pode fortalecer o sentido de pertencimento, buscando validar identidades subalternizadas e criar espaços genuínos de empatia (Silva & Vomero, 2025).

Quando os ideais cis-heteronormativos são impostos de forma rígida, eles tendem a excluir os corpos divergentes, podendo transformar o direito à existência em cenários de letalidade, e essa dinâmica pode contribuir para a redução das expectativas de vida da comunidade transexual. Considera-se pertinente, portanto, que a clínica adote um olhar humanizado e sensível, atuando na ressignificação dessas novas vidas. Entende-se que, buscando resgatar o afeto e o cuidado, se torna possível auxiliar na transformação desse cenário em um caminho de esperança (Marques, 2025).

Sexualidade

O aprofundamento do conceito de sexualidade demanda a sua desvinculação de perspectivas individuais ou biológicas. A sexualidade relaciona-se intimamente com o tempo e as conservas sociopolíticas de cada época, constituindo-se por intermédio de amarras históricas. Nota-se que buscar patologias ou “causas” individuais para os desejos dissidentes pode perpetuar violências que excluem e machucam, considerando-se pertinente compreender as interações entre a vida afetiva e a ordem do cosmos (Silva & Vomero, 2025).

No campo dos afetos, entende-se ser importante desconstruir as obrigatoriedades moldadas pela cultura hegemônica. A monogamia compulsória e a heteronormatividade funcionam como lógicas restritivas que tendem a formatar os sentimentos, ditando condutas e podendo limitar a liberdade humana. Esse poder normativo tende a punir as diversidades e transformar laços em correntes, orientando a clínica à promoção de desobediências criadoras capazes de auxiliar no resgate do direito a múltiplas formas de amar (Silva & Vomero, 2025). Em outras palavras, é necessário desobedecer a noções sociais limitantes e criar outras formas de enxergar as diversas maneiras de ser e estar no mundo de modo a instituir uma sociedade mais inclusiva e menos limitante.

A repressão aos afetos dissidentes pode impactar as dinâmicas familiares. Observa-se que famílias homoafetivas continuam lutando para criar laços amorosos saudáveis e criar seus filhos, deparando com uma estrutura social marcada pelo preconceito e pela opressão. A homofobia e a invisibilidade impostas a essas configurações familiares demandam a formação de redes de apoio consistentes, as “famílias escolhidas”, consideradas importantes para a sobrevivência e segurança emocional (França, 2009).

É importante enfatizar que as expressões de sexualidade e gênero dissidentes não deveriam ser tratadas como patologias infantis. Observam-se de modo crítico as práticas de contenção de “crianças sob controle”, nas quais aparatos médico-sociais tendem a rotular e limitar jovens que escapam à normalização. Essa lógica patologizante pode subtrair o protagonismo das crianças, demandando um novo olhar clínico e pedagógico que as acolha de forma livre, buscando garantir-lhes um desenvolvimento sadio (Corrêa, 2010). Em outras palavras, é sugerido que as crianças sejam vistas como indivíduos dotados de consciência e vontade. Portanto, os infantes devem ser respeitados em sua identidade, em sua maneira de enxergar a si e ao mundo.

Entende-se ser necessário compreender o processo doloroso pelo qual os sujeitos LGBTQIAPN+ podem assimilar inúmeras rejeições. Ao internalizarem a LGBTQIAPN+fobia estrutural, essas pessoas podem desenvolver lógicas afetivas de conduta baseadas no medo, na culpa e na necessidade de agradar para sobreviver. A clínica sociodramática atua na direção de auxiliar a desarmar esses nós afetivos adoeceadores e buscar romper com as conservas culturais que tendem a limitar a liberdade amorosa e a expressão do desejo (Silva & Vomero, 2025).

É pertinente, portanto, criticar a permanência de táticas de submissão do desejo e da sexualidade que ainda permeiam os consultórios. Observa-se a necessidade de advertir sobre a violência disfarçada de cuidado clínico, como as propostas de cura *gay*, que operam pela lógica da dominação e do controle moral. O psicodrama orienta uma postura que busca afastar as armadilhas pseudocientíficas e acolher a multiplicidade humana, evitando enquadrá-la em normas punitivas (Silva & Vomero, 2025).

Interseccionalidade

Diante dessa lógica de opressões, introduz-se a importância da interseccionalidade no fazer psicodramático. Entende-se a interseccionalidade como uma perspectiva teórico-metodológica que articula diferentes marcadores sociais — como gênero, sexualidade, classe e raça —, sendo essa articulação essencial para a leitura clínica do caso de Joyce, uma adolescente negra e transexual. Considera-se pertinente que o letramento racial e LGBTQIAPN+ constitua uma base da prática clínica. É recomendável preparar psicoterapeutas para integrar os grupos historicamente marginalizados de forma combativa e afetuosa (Vomero & Nery, 2024).

Faz-se fundamental compreender a matriz de identidade, ou seja, o lócus sociocultural primordial em que o sujeito insere suas raízes e aprende os primeiros papéis. Compreende-se que se trata da placenta social que deveria fornecer segurança e amparo para o desenvolvimento emocional, no entanto observa-se que, quando essa matriz é atravessada pela LGBTQIAPN+fobia, pelo racismo e por preconceitos estruturais, ela pode converter-se em espaço de dor. O indivíduo tende a internalizar lógicas afetivas baseadas no medo, demandando da clínica um trabalho ativo de acolhimento (Silva & Vomero, 2025).

Ao ampliar a interseccionalidade, nota-se como as feridas da homotransfobia e da exclusão podem incidir de maneira direta na matriz de identidade da juventude. Compreende-se que, quando a família e a sociedade falham no acolhimento, o sujeito tende a internalizar o estigma. Observa-se a importância, assim, de um processo clínico de “rematrização”, um espaço curativo e seguro em que é possível refazer laços, curar as feridas do racismo e da LGBTQIAPN+fobia e recriar as matrizes de identidades negadas (Marques, 2024).

Retoma-se, nesse viés, a questão da infância subalternizada por raça ou gênero, que desde cedo experimenta o peso da rejeição. Reforça-se o impacto de uma sociedade higienista e controladora, que tende a conter, disciplinar e patologizar corpos divergentes desde a tenra idade. Crianças que desviam da norma hegemônica podem ser rotuladas e limitadas, demandando uma clínica que as veja como protagonistas, e não como alvos de controle (Corrêa, 2010).

Essa limitação inicial pode se refletir na falta de interseccionalidade nas macropolíticas, evidenciada pela ausência de proteção e direitos da comunidade transexual e travesti no Brasil. Entende-se que a extrema vulnerabilidade não é um acaso, mas aponta para um cenário que nega a essas populações o acesso às garantias básicas de segurança institucional. As políticas públicas, ao falharem, tendem a afastar essas identidades do convívio social pleno, podendo deixá-las expostas a violências sistêmicas (Silva & Vomero, 2025).

A interseccionalidade de gênero demanda a adoção de uma anarquia epistêmica. Observa-se a importância de as escolas de formação em psicodrama evitar operar como redutos sustentados pela branquitude e pela cisgeneridade hegemônica. Considera-se pertinente descolonizar os currículos e o pensamento dos profissionais, buscando romper o conforto acadêmico para que a prática não reproduza as mesmas hierarquias e opressões que se propõe a combater em seus consultórios (Vomero & Nery, 2024).

Ao assumir a interseccionalidade como uma perspectiva teórico-metodológica que articula marcadores sociais como gênero e sexualidade, entende-se que por meio dessa lente ampla e politizada a superação do estigma pode ser favorecida. Uma clínica LGBTQIAPN+ qualificada e sensível demanda transcender o indivíduo, buscando compreender as forças sociais que tendem a oprimi-lo. Ao auxiliar na desconstrução da discriminação internalizada por anos de exclusão, o psicodrama pode contribuir para devolver aos sujeitos a capacidade de agir de modo espontâneo, criativo e livre diante de suas trajetórias (Zakabi, 2020).

Compreende-se que essas dinâmicas de opressão demandam do profissional a adoção de uma clínica ampliada, que busque evitar o isolamento do ambiente terapêutico tradicional e proponha transitar pelos eixos psicoterapêutico, político e socioeducacional. Essa perspectiva expande o olhar para os territórios coletivos e para as redes de relações nas quais a vida pulsa e o sofrimento se instaura. Nota-se que se trata de uma práxis engajada, que pode conectar o cuidado psicológico às lutas sociais por emancipação (Coelho, 2025).

Nesse percurso, entende-se que a intervenção pode ganhar contornos transformadores ao adentrar na realidade suplementar, isto é, em uma dimensão clínica que transcende os limites do tempo e do espaço objetivos, configurando-se como um universo cósmico e seguro. Trata-se de um espaço protegido no qual a imaginação permite que o impossível se torne curativo e real, podendo desafiar a lógica linear da opressão. Nota-se que ali, as identidades encontram permissão para experimentar a liberdade de ser, ensaiando novos modos de existir (Gramkow & Iunes, 2025).

Por fim, considera-se que é no encontro humano que o vínculo afetivo se constrói e ganha força na realidade suplementar. Nesse espaço seguro e protegido, paciente e terapeuta redesenham juntos o trauma interseccional que marcou a história do sujeito. Permite-se que vivências antes fragmentadas pelo preconceito sejam resignificadas, formulando novas realidades identitárias e afetivas, em que o indivíduo pode ensaiar modos de existir com dignidade e protagonismo (Gramkow & Iunes, 2025).

É pertinente problematizar o papel da sociedade, que tende a limitar e asfixiar a expressão viva e espontânea da sexualidade e do gênero, sobretudo nos espaços educacionais. Observa-se que as instituições, moldadas por normatizações rígidas, tentam enquadrar as identidades divergentes a padrões aceitáveis, podendo sufocar a subjetividade humana. Compreende-se que essa dinâmica restritiva tende a retirar dos sujeitos sua autonomia, demandando intervenções que busquem restabelecer o contato genuíno com o próprio ser (Romaña, 2020).

Contrapondo-se a essa violência, nota-se que o uso afirmativo da pedagogia psicodramática pode surgir como um recurso para auxiliar a cuidar das feridas impostas pelo sistema excludente. Entende-se que, ao integrar o lúdico e o afeto, esse método busca subverter a frieza do ensino tradicional e contribuir para devolver à juventude marginalizada a capacidade de adquirir conhecimentos. Observa-se que se abrem, assim, canais de expressividade que podem permitir aos indivíduos reescreverem suas trajetórias e buscarem superar seus traumas (Cardoso & Bond, 2018).

Nesse cenário de opressão, destaca-se a importância da educação psicodramática no reerguimento da cidadania plena. Nota-se que, mais do que transmitir informações, essa prática pode assumir um caráter democratizante, buscando transformar indivíduos que foram historicamente condicionados à obediência e ao silêncio em cidadãos questionadores e atuantes. Observa-se que a sala de aula ou o ambiente terapêutico podem se converter em laboratórios de vida, em que as minorias aprendem a reivindicar seu protagonismo (Marra, 2021).

Considera-se, portanto, que a subversão da sociedade de controle por meio de uma educação contínua e inclusiva demanda o resgate das subjetividades limitadas pelo binarismo. Entende-se que isso inclui reconhecer o nome social de pessoas transexuais, garantindo o acesso a banheiros de acordo com o gênero declarado, entre tantas outras coisas a que pessoas cisgênero têm acesso e que são negadas a pessoas não cisgênero. Compreende-se que não basta apenas inserir o indivíduo no sistema, notando-se a importância de buscar desfazer as engrenagens de dominação que tendem a padronizar os corpos. A pedagogia psicodramática pode propiciar o confronto com essa “outridade” normativa, favorecendo a emergência de subjetividades autênticas, livres de rótulos punitivos (Romaña, 2020).

Como fechamento dessa reflexão teórica, entende-se que a clínica e a educação demandam evitar figurar como instâncias neutras, buscando atuar como forças de resistência ativa ante o poder hegemônico. A aliança entre o psicodrama e a política pode auxiliar a emancipar existências subalternizadas, contribuindo para uma vida espontânea e criadora (Dedomenico & Merengué, 2020).

Resumindo o que diferentes autores e autoras tratam em um único parágrafo, é possível dizer que as diversas dimensões que formam a identidade de um indivíduo devem ser consideradas no processo terapêutico. Em outras palavras, marcadores como classe social, cor da pele, gênero e sexualidade devem ser levados em conta por profissionais que utilizam o psicodrama. Nesse contexto, podem-se usar a alfabetização, educação ou pedagogia psicodramática como ferramenta. O objetivo é utilizar o psicodrama e a ludicidade para alfabetizar a pessoa em terapia, ou seja, para que o ambiente terapêutico auxilie o indivíduo a ler melhor os próprios sentimentos e o contexto.

Uma metáfora que pode auxiliar a entender melhor é o caso de alunos que aprendem a ler e a escrever na escola. Quando uma pessoa consegue ler, ela identifica o que está escrito, interpreta, adquire conhecimentos que podem ser utilizados como ferramentas úteis no dia a dia. Analogamente, com a pedagogia ou alfabetização psicodramática, um indivíduo pode aprender a ler seus sentimentos, seu ambiente e com base nisso ser capaz de reagir de maneira mais adequada, com maior poder de escolha, de interpretação e de identificação ou não identificação. Ou seja, é possível com esse processo educativo e lúdico, por intermédio do psicodrama, que uma pessoa seja impactada no nível da identidade. Esses conceitos são revistos em mais detalhes nas seções subsequentes.

ESTUDO DE CASO

Adentrando no relato da intervenção, considera-se importante apontar que as juventudes traumatizadas pela LGBTQIAPN+fobia podem demandar um espaço relacional seguro e empático para conseguirem ressignificar suas histórias. Compreende-se que, quando a sociedade e a família falham, o ambiente psicoterapêutico pode atuar como um porto seguro.

O estabelecimento de um vínculo terapêutico genuíno, ancorado na permissão da realidade suplementar, pode constituir um pilar que possibilita a elaboração de dores profundas (Gramkow & Iunes, 2025).

O cenário da primeira fase da intervenção ilustra esses desafios por meio da história da adolescente de 14 anos que carrega marcas de rejeição. No início do atendimento psicológico, a jovem apresentava um quadro de analfabetismo funcional e episódios frequentes de agressividade, contudo compreendeu-se que, por trás dessa armadura defensiva erguida pela hostilidade doméstica, se escondia ali uma busca por um afeto ausente e por um olhar que a legitimasse e a validasse.

É possível relacionar essa agressividade defensiva da paciente à discriminação histórica e às violações que ela sofreu por sua identidade de gênero. Entende-se que, para desarmar essa proteção, uma clínica LGBTQIAPN+ qualificada valida o gênero da pessoa transexual e acolhe sem julgar, impor moralidade, preconceitos ou normas punitivas. O espaço de escuta busca assegurar que o indivíduo não seja novamente julgado, podendo facilitar a superação do estigma e a reconstrução de sua dignidade (Zakabi, 2020).

Para transpor essas barreiras de medo e dor, utilizaram-se ferramentas lúdicas de quebra-gelo, como massa de modelar e desenhos. Essas estratégias, somadas à escuta ativa e à validação da identidade de gênero da adolescente, mostraram-se importantes na construção de uma ponte de empatia. Ao permitir que ela se expressasse sem as amarras da linguagem formal que a oprimia, o ambiente pôde transformar-se em um território de aceitação e de conexão terapêutica.

É importante compreender que o lúdico não se resume a um passatempo, podendo atuar como uma via de resgate existencial. Entende-se que essas novas aprendizagens, mediadas pela arte no psicodrama, buscam estimular funções cognitivas e emocionais que se encontravam afetadas pelo trauma. A pedagogia psicodramática, ao integrar o sentir e o fazer, pode contribuir para que os bloqueios gerados pela violência social sejam diluídos, buscando abrir espaço para a expressividade e o cuidado (Cardoso & Bond, 2018).

Joyce já havia tido contato com algum tipo de assistência psicossocial em uma instituição subvencionada pela prefeitura de Uberlândia (MG). Trata-se de uma organização não governamental (ONG) que acolhe e fornece atendimento psicológico e psiquiátrico a qualquer pessoa em situação de vulnerabilidade social e econômica. A ONG em questão presta cuidados a muitos indivíduos marginalizados pela sociedade, como pessoas pretas, LGBTQIAPN+, que convivem com o vírus da imunodeficiência humana (HIV), em situação de rua, entre outras.

O estudo de caso aqui relatado ocorreu na Casa das Cenas, que faz atendimento social com foco especial na população LGBTQIAPN+ ou sem condições de pagar por acompanhamentos relacionados à saúde mental. Tais intervenções psicodramáticas ocorreram entre abril de 2024 e janeiro de 2025 semanalmente. A família de Joyce, na pessoa de sua mãe, também foi atendida, por meio de seções de orientação parental e encontros conjuntos entre mãe e filha. A intervenção familiar é descrita de maneira mais detalhada nas seções subsequentes.

É imperativo salientar o compromisso com a ética nas intervenções psicodramáticas e na escrita do presente estudo de caso. Não se fez necessária a prévia avaliação por parte de comitês de ética em pesquisa, dispensa que encontra respaldo no artigo 1º, parágrafo único, inciso VII, da Resolução n. 510 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016). Compreende-se, conforme o referido documento, que não é avaliada “pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito”.

A violência no núcleo familiar e a falência das instituições

A gravidade do cenário doméstico enfrentado pela adolescente revelou a crueldade de um lar que deveria proteger, mas que se tornou espaço de terror. A mãe e o padrasto exerciam papéis extremamente autoritários, perpetuando violências morais e físicas diárias. Em vez de amparo, a jovem encontrava dentro de casa um ambiente rígido que punia severamente qualquer manifestação de sua identidade. Essa hostilidade intrafamiliar transformava o cotidiano em um constante campo de batalha e dor.

Esse autoritarismo familiar espelha o modelo adoecedor de uma sociedade que insiste em patologizar e conter existências divergentes. A lógica que tenta enquadrar crianças e adolescentes fora da norma resulta em severa rotulação e contenção por aparatos de controle. Em vez de promover o desenvolvimento sadio, impõem-se um diagnóstico e uma punição moral a quem foge das regras hegemônicas, asfixiando o protagonismo infantil sob o pretexto de adaptação às exigências normativas (Corrêa, 2010).

Compreende-se que a rigidez imposta pela família pode atuar como um sintoma das conservas coloniais que ainda estruturam nossa sociedade. Observa-se que tais conservas operam como mecanismos de poder que marcam, controlam e tendem a punir o que desvia do binarismo de gênero lícito. Nota-se que a violência intrafamiliar pode funcionar como uma extensão dessa engrenagem normativa, atuando como uma barreira que dificulta o corpo a fluir, transicionar com liberdade e existir fora das amarras cis-heteronormativas (Silva & Vomero, 2025).

Antes de encontrar acolhimento, a adolescente acumulou um histórico de rejeições e falhas por parte de várias outras instituições de cuidado. Afastada do afeto familiar, buscou amparo em espaços que apresentaram dificuldades de enxergá-la e acolher sua dor. Entende-se que essa sucessão de passagens frustradas por serviços de proteção pode ter aprofundado seus traumas, tendendo a reforçar a mensagem de que sua existência não seria válida, tampouco sua busca por um lugar seguro no mundo.

É pertinente problematizar as falhas dessas instituições que, por vezes, disfarçadas de serviços de cuidado, tendem a aplicar metodologias de silenciamento e domínio corretivo à população LGBTQIAPN+. Tais abordagens operam pela lógica da violência e do controle moral, buscando limitar o desejo e enquadrar a multiplicidade humana em normas punitivas. Entende-se que o psicodrama busca questionar e afastar essas armadilhas de assujeitamento, orientando uma prática que respeite a espontaneidade e evite reproduzir a opressão (Silva & Vomero, 2025). Vale ressaltar que não é o caso de todas as instituições que já prestaram atendimento a Joyce.

Rematrização e elaboração de traumas

Adentrando na segunda fase da intervenção, tornou-se importante iniciar um trabalho clínico paralelo com a mãe da adolescente, conduzido pelo mesmo psicólogo. Objetivou-se não julgar o ciclo de agressividade, mas auxiliar a rompê-lo, proporcionando um espaço seguro para que a mãe pudesse reconfigurar seu papel materno. Compreender as dores que a levavam a rejeitar a filha foi um passo relevante para tentar mitigar a violência e transformar a relação em uma via de aceitação.

O trabalho com mãe e filha focou o processo de rematrização dos afetos. Tratava-se de reconfigurar uma matriz de identidade atravessada pela LGBTQIAPN+fobia estrutural e pelos preconceitos familiares. Esse espaço de cuidado e segurança pode permitir que os sujeitos refaçam seus laços e reduzam a discriminação internalizada que tende a prejudicar as relações. Ou seja, a clínica atua no intuito de a matriz original ser recriada, auxiliando no cuidado sensível e no resgate do afeto (Marques, 2024).

É importante compreender a dinâmica de funcionamento dessa mãe de acordo com a sua matriz de identidade, uma vez que seus modos de vinculação e o exercício do papel materno se mostram atravessados por padrões internalizados em sua história relacional primária. Experiências marcadas por controle, invasividade, agressividade e negligência podem ter contribuído para a cristalização de formas de relação que passam a ser reproduzidas no vínculo com a filha, configurando um processo de repetição de papéis e vínculos não elaborados.

Nessa perspectiva, entende-se que os papéis de mãe e de filha tendem a não se constituir de forma espontânea no aqui e agora da relação, mas como atualizações de modelos relacionais inscritos na matriz de identidade, evidenciando a transmissão transgeracional dessas experiências. Mediante as intervenções realizadas nas sessões conjuntas, buscou-se favorecer a explicitação dessa dinâmica e promover, por meio de recursos psicodramáticos, a construção de outras formas de encontro, possibilitando um processo de rematrização — compreendido como a reorganização dos padrões vinculares por intermédio de experiências relacionais corretivas —, conforme discutido por autores contemporâneos do psicodrama, como Fonseca Filho (1980) e Nery (2018).

Nos encontros com a jovem, a utilização de bonecos e recursos cênicos se mostrou importante para acessar os conteúdos sensíveis. A jovem Joyce representava as cenas familiares focando as complexas relações com a mãe e a irmã. Por meio de técnicas como a inversão de papéis, o duplo e o solilóquio, ela pôde encenar as interações dolorosas e buscar desconstruir a culpa introjetada. Entende-se que esse recurso dramático pôde oferecer a ela a oportunidade de elaborar o trauma e criar narrativas femininas alternativas de cuidado.

A potência dessa intervenção reside em trazer os conflitos familiares para o ambiente protegido do campo psicoterapêutico. Nesse espaço simbólico, amparado por verbalizações do solilóquio e pela ressonância do duplo, a paciente encontrou espaço para expressar sentimentos reprimidos e buscar resgatar seu protagonismo. Compreende-se que é mediante a liberdade de ensaiar novos papéis na realidade suplementar que histórias fragmentadas podem ser ressignificadas na clínica (Gramkow & Iunes, 2025).

Alfabetização como ato político e afetivo

A terceira etapa da intervenção focou no enfrentamento do analfabetismo de Joyce, compreendido em uma lente crítica e humanizada. A dificuldade de leitura e escrita não foi interpretada como um déficit de natureza neurológica ou cognitiva, mas como expressão de uma condição de vulnerabilidade psicossocial. Tal leitura se sustenta no fato de a paciente já ter sido previamente submetida a acompanhamento especializado com profissional da neuropsicologia, incluindo avaliação neuropsicológica estruturada, bem como a um processo contínuo de intervenção psicopedagógica ao longo de aproximadamente dois anos. Nesse período, não foram identificados indícios de transtornos do neurodesenvolvimento, déficits cognitivos ou psicopatologias que pudessem justificar a dificuldade de aprendizagem, como dislexia, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) ou deficiência intelectual, conforme parâmetros diagnósticos vigentes.

À luz do psicodrama clássico, compreende-se que tal bloqueio não se organiza no plano orgânico, mas nos campos relacional e sociocultural, podendo ser entendido como efeito de conservas culturais que restringem e, por vezes, dificultam a expressão espontânea do sujeito. Segundo Moreno (1975), quando a espontaneidade é inibida por padrões cristalizados de funcionamento, o indivíduo tende a responder de forma estereotipada, com empobrecimento de suas possibilidades criativas e expressivas. Nesse sentido, o bloqueio na aprendizagem passa a ser compreendido como um sintoma social e subjetivo, relacionado ao silenciamento de sua voz e à negação de seu direito de existir. Assim, a intervenção pedagógica pode assumir também um caráter ético, político e afetivo, buscando configurar-se como um ato de restituição da espontaneidade e de reconhecimento do sujeito em sua potência.

É pertinente problematizar que a exclusão escolar precoce de jovens que desviam da norma pode contribuir para estatísticas trágicas. Observa-se que o abandono educacional, impulsionado pela LGBTQIAPN+fobia estrutural, atua como um fator de agravamento da marginalização da juventude transexual e travesti no Brasil. Entende-se que a ausência de letramento não é um acaso, mas aponta para uma dinâmica que tende a marginalizar essas identidades, podendo empurrá-las para a vulnerabilidade e para índices preocupantes de letalidade (Benevides, 2026).

Diante desse bloqueio no desenvolvimento escolar, a estratégia clínica adotada foi a da alfabetização afetiva. Compreende-se que, nesse modelo, o ato de aprender a ler buscou ir além da mera decodificação de sílabas, integrando-se ao reconhecimento das próprias emoções no ambiente terapêutico. A leitura tornou-se, assim, um processo relacional de acolhimento, buscando permitir que a adolescente pudesse dar contorno e significado aos sentimentos e às dores silenciados pela rejeição contínua.

Entende-se, portanto, que a educação psicodramática pode ser portadora de uma vocação humanizadora, pois busca atuar além dos muros escolares, operando como um elemento democratizante e transformador. Em vez de focar apenas a absorção de conteúdos, essa prática educativa e terapêutica visa favorecer a cidadania em sujeitos que, por vezes, se encontram marginalizados pelo sistema. O lúdico pode auxiliar a devolver a potência de vida aos que foram excluídos pela norma (Marra, 2021).

Na prática, o trabalho consistiu em conectar cada nova letra e palavra aprendida às vivências sensíveis e à história íntima da paciente. O letramento baseou-se nas dores, sonhos e características de sua identidade divergente. Palavras ligadas aos seus afetos serviram como âncoras emocionais, buscando transformar o analfabetismo em um espaço de autoexpressão. Entende-se que o alfabeto deixou de ser uma imposição burocrática para tornar-se a linguagem de sua reconstrução emocional.

RESULTADOS

O sociodrama dialógico pode ser observado como eixo central atuante em todo esse processo de resgate. A comunicação estabelecida entre a figura do terapeuta e a paciente pode ter auxiliado não apenas na transmissão do saber, mas também na validação de sua dor e de sua existência. Nota-se que essa interação ética e afetuosa buscou converter a aprendizagem em um ato reflexivo. Considera-se que o vínculo seguro pode propiciar a negociação de sentidos e o empoderamento, buscando reescrever histórias marcadas por estigmatização (Marra, 2023).

Como parte dessa travessia, ocorreu a criação material do livro da jovem. Por meio de desenhos, colagens e narrativas mediadas, ela pôde começar a documentar seu mundo interior. Essa materialização do saber buscou não apenas consolidar seu avanço na leitura e escrita, mas também operar como um recurso para a construção de sua autoestima. Entende-se que, ao registrar sua subjetividade, a paciente pôde se aproximar de sua própria voz e refletir sobre sua legitimidade em ocupar os espaços.

A confecção desse livro pode representar um ato de afirmação identitária. Observa-se que a união entre o letramento formal e o letramento afirmativo de gênero e sexualidade desestabilizou as lógicas coloniais do pensamento. Ao aprender sobre as letras e, simultaneamente, sobre o seu próprio corpo divergente, a jovem pôde exercitar formas de resistência ao epistemicídio. Houve, assim, uma aproximação com a proposta de uma “escola da anarquia”, que busca fundir ensino e resistência política na clínica (Vomero & Nery, 2024).

Os desdobramentos dessa intervenção puderam ser notados no processo. A cobrança imposta pelo modelo de escola tradicional perdeu parte de seu impacto sobre a psique da jovem. Notou-se que, com a redução do julgamento moral, se buscou abrir espaço para um aprendizado mais fluido e espontâneo, experienciado em seu próprio corpo. Entende-se que a possibilidade de existir com maior liberdade pode auxiliar a atenuar a agressividade defensiva, buscando contribuir para o desenvolvimento de uma postura mais ativa e desejante de saber.

Essa prática ilustra a relevância de uma clínica que busca atuar nas fronteiras da psicoterapia, da política e da socioeducação. Observa-se que, quando o profissional se propõe a superar os limites de um enquadre rígido, ele pode não apenas intervir nos sintomas, mas igualmente contribuir para tensionar os cenários sociais de exclusão. Compreende-se que a orientação psicodramática ampliada pode favorecer a conversão do consultório em um espaço de inovação cidadã e resistência (Coelho, 2025).

É possível concluir, assim, que foi pela alfabetização ancorada no vínculo que a adolescente negra pôde caminhar em direção a uma maior emancipação. O amparo buscou auxiliá-la diante das pressões de um patriarcado normático e cis-heterocentrado, que limitava seu desenvolvimento. Entende-se que o psicodrama pode favorecer a desobediência criadora, buscando restabelecer as bases de sua saúde mental e social. Retomar a autoria da própria vida, nesse sentido, pode configurar-se como um importante ato político de cuidado em sua juventude (Silva & Vomero, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao sintetizar os desdobramentos da intervenção, evidencia-se que a educação e a prática clínica podem atuar como dimensões integradas, sobretudo quando se lida com a desumanização de existências não normativas. Observa-se que, no cuidado com a jovem Joyce, o processo buscou aliar o fazer terapêutico ao ensino na promoção da dignidade, notando-se que o acolhimento afetivo pode contribuir para auxiliar no resgate de subjetividades historicamente marginalizadas pelo preconceito estrutural.

Esses apontamentos reforçam a importância de uma visão que busque se posicionar perante os dilemas e as opressões da contemporaneidade. Verifica-se que a clínica demanda evitar ser um reduto isolado das dores do mundo. É pertinente compreender as relações da sexualidade humana com as conservas sociopolíticas e o tempo, assumindo um fazer terapêutico que procure não reproduzir violências e atue na direção da libertação dos afetos e das identidades historicamente silenciadas (Silva & Vomero, 2025).

Diante disso, propõe-se uma reflexão crítica acerca do formato de ensino nos institutos e escolas de psicodrama. Considera-se problemático formar profissionais que permaneçam distantes das discussões sobre as diversidades de gênero e sexualidade. Ignorar essas realidades pode significar a reprodução de preconceitos morais nocivos em suas práticas. Constata-se a necessidade de uma desobediência criadora, ou seja, uma recriação ou ressignificação da base da formação, buscando afastar as lógicas patologizantes que tendem a causar dores à população (Silva & Vomero, 2025).

Compreende-se, assim, que um dos caminhos para buscar superar essas lacunas formativas é a inclusão do letramento racial e LGBTQIAPN+ nas matrizes curriculares dos futuros terapeutas. Descolonizar o pensamento clínico e desestabilizar as normas hegemônicas são ações consideradas importantes para auxiliar a integrar, de forma afetiva, os grupos marginalizados, buscando fundir teoria e compromisso político na práxis (Vomero & Nery, 2024).

Desse modo, a experiência clínica relatada transcende a mera anotação de um caso individual, buscando refletir sobre abordagens metodológicas inclusivas. A prática delineada ilustra uma proposta de clínica psicopolítica que almeja ultrapassar o ambiente terapêutico para dialogar com as macropolíticas educacionais. Compreende-se que o fazer psicodramático pode fundir-se em uma práxis (psico)terapêutica, política e (socio)educacional, orientada para auxiliar transformações sociais mais amplas (Coelho, 2025).

Compreende-se que intervenções como essa tendem a tensionar e expor as feridas da sociedade de controle, que pode limitar a pluralidade dos afetos e a juventude. Observa-se que o destino de um sujeito marginalizado, como o da adolescente negra e transexual Joyce, não é uma sentença definitiva, podendo ser reescrito com afeto e pedagogia psicodramática. Essa subversão busca auxiliar os indivíduos a resistirem à reprodução do sistema, visando restabelecer o contato com a própria subjetividade (Romaña, 2020).

Faz-se necessário assinalar que a intervenção buscou funcionar como um recurso de proteção para a adolescente, contrapondo-se às reduzidas expectativas de vida frequentemente associadas à população transexual. Entende-se que, onde o sistema normativo tende a projetar exclusão e apagamento, a clínica afetiva buscou gerar perspectivas existenciais. Considera-se importante atuar na ressignificação dessas vidas, buscando auxiliar na transformação de um cenário de exclusão em trajetórias de esperança, dignidade e sobrevivência (Marques, 2025).

Faz-se pertinente, contudo, lidar com os medos que ainda podem habitar as estruturas de formação perante práticas menos convencionais. Pode haver hesitação em tocar nas feridas da opressão, no entanto entende-se que aproximar-se das raízes fenomenológicas do psicodrama pode favorecer a compreensão de sua capacidade transformadora e existencial. Buscar ultrapassar essas limitações contribui para vivenciar encontros profundos, acessando as potencialidades de cuidado mesmo em condições adversas (Vidal & Amaral, 2025).

Infer-se que a luta pela visibilidade transexual demanda que o psicodrama e seus profissionais busquem estimular ativamente o protagonismo dessas juventudes. Ir além da observação da exclusão parece pertinente, atuando na desconstrução dos estigmas e na afirmação identitária. Reconhecer essas existências no palco dramático e na vida real fortalece o pertencimento e auxilia a validar identidades que foram historicamente subalternizadas (Silva & Vomero, 2025).

Por fim, nota-se que a experiência terapêutica pode ganhar contornos ainda mais sensíveis quando a condução do caso é realizada por quem também ocupa o lugar social de pessoa transexual. O encontro clínico com Joyce evidenciou os desafios afetivos partilhados na resistência contra as normas vigentes e a potência de se construir laços de cuidado e empatia. Entende-se que a busca pelos direitos humanos e pelo direito de amar livremente constitui a base ética do psicodrama. Assim, considera-se importante seguir resistindo e acolhendo as multiplicidades, caminhando com a política na busca por uma vida espontânea, criadora e com menos amarras estruturais para todas as populações diversas (Dedomenico & Merengué, 2020).

CONFLITO DE INTERESSE

Nada a declarar.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Todos os dados estão presentes no artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O autor declara que nenhuma ferramenta de inteligência artificial foi usada na preparação, redação, análise de dados ou revisão deste manuscrito.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

REFERÊNCIAS

- Benevides, B. G. (2026). *Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025*. Distrito Drag; ANTRA. Recuperado de <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2026/01/dossie-antra-2026.pdf>
- Brasil (2016). Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. *Diário Oficial da União*. Recuperado de <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf>
- Cardoso, A. S., & Bond, E. (2018). O ensino da pedagogia psicodramática como método para novas aprendizagens. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 26(1), 140-146. Recuperado de <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/59>
- Coelho, A. C. F. (2025). A orientação psicodramática: olhar crítico para uma clínica (psico)terapêutica, política e (socio)educacional. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 33, e1625. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v33.705>
- Corrêa, A. R. M. (2010). Infância e patologização: crianças sob controle. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 18(2), 97-106. Recuperado de <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/131/117>
- Dedomenico, A. M., & Merengué, D. (Eds.). (2020). *Por uma vida espontânea e criadora: Psicodrama e política*. Ágora.
- Fonseca Filho, J. S. (1980). *Psicodrama da loucura: correlações entre Buber e Moreno* (3ª ed.). Ágora.
- França, M. R. C. (2009). Famílias homoafetivas. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 17(1), 21-33. Recuperado de <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/80/78>
- Gramkow, D., & Iunes, A. L. S. (2025). Ressignificando histórias na realidade suplementar por meio do vínculo terapeuta-paciente. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 33, e1525. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v33.690>
- Marques, W. M. (2024). Psicodrama, matriz de identidade e homofobia: Possibilidades de rematrização. In M. P. Nery, A. C. Eutrópio, & L. S. Z. Vomero (Eds.), *Sexualidades, corpos e poder: Desobediências criadoras* (pp. 63-74). Ágora.
- Marques, W. M. (2025). Do ideal de morte a resignificação de novas vidas: Expectativas de vida para pessoas trans e uma visão psicodramática. In W. M. Marques (Ed.), *Psicodrama em ação: Técnicas e histórias para transformar pessoas e instituições* (pp. 210-221). Olympia.

- Marra, M. M. (2021). Educação psicodramática. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 93-100. Recuperado de <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/526/491>
- Marra, M. M. (2023). Sociodrama dialógico: Um estudo preliminar? Um ensaio teórico? *Revista Brasileira de Psicodrama*, 31, e2123. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v637>
- Moreno, J. L. (1975). *Psicodrama*. Cultrix.
- Nery, M. P. (2018). *Vínculo e afetividade* (4ª ed.). Ágora.
- Romaña, M. A. (2020). Sociedade de controle e pedagogia psicodramática. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 20(1), 57-70. Recuperado de <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/217/193>
- Silva, P. R. A., & Vomero, L. S. Z. (2025). Sociodrama na visibilidade trans: Estimulando o protagonismo identitário. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 33, e0925. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v33.693>
- Vidal, M. O., & Amaral, M. S. S. (2025). Das raízes à primeira vez: quem tem medo do psicodrama? *Revista Brasileira de Psicodrama*, 33, e0225. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v33.681>
- Vomero, L. S. Z., & Nery, M. P. (2024). Escola da anarquia: psicodrama e letramento LGBTQIA+ e racial. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 32, e0824. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v32.660>
- Zakabi, D. (2020). Clínica LGBT: contribuições do psicodrama para superação do estigma e da discriminação. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 22(2), 6-14. Recuperado de <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/385/376>